

**ATA DA TRIGÉSIMA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, público presente e a todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. *“Ata da Trigésima Terceira Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e oito minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Paulo Corrêa e secretariada pelos deputados Marcio Fernandes e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Trinta e Sete da Trigésima Segunda Sessão Ordinária. Pelo primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 26.103/2025, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar; Ofícios nºs 109 e 110/2025, do Poder Executivo; Ofícios nºs 24.615, 27.136 e 27.204/2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 454/2025, da Prefeitura Municipal de Campo Grande; E-mail da Prefeitura Municipal de Campo Grande; Ofício nº 201/2025, da Prefeitura Municipal de Dourados; Ofício nº 126/2025, da Prefeitura Municipal de Jateí; Ofícios nºs 579 e 580/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Caravina, Junior Mochi, Pedro Kemp, Zeca do PT, Antonio Vaz, Zé Teixeira, Gleice Jane, Mara Caseiro e João Henrique. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Renato Câmara, Paulo Duarte, Lidio Lopes e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Zé Teixeira e Roberto Hashioka. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em redação final e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 83/2025, de autoria do Poder Executivo; Projeto de Lei nº 12/2025, de autoria do deputado Caravina. Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projeto de Lei nº 35/2024, de autoria do deputado Jamilson Name; Projeto de Lei nº 31/2025, de autoria do deputado Zeca do PT. O senhor presidente suspendeu a sessão para a entrega do relatório sobre a BR-163 para a CCR MSVia. O senhor presidente retomou a sessão e passou à votação em discussão única e simbólica.*

*Foi pedido vista pelo deputado Marcio Fernandes e concedida pelo presidente deputado Gerson Claro dos Requerimentos e Protocolos nºs 01357/2025, 01336/2025 e 01362/2025. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Coronel David, endereçada aos familiares de Wilson Rodolfo Ferreira; requerimentos de moção de pesar, de autoria do deputados Paulo Corrêa e Lidio Lopes, endereçadas aos familiares de Estevão de Barros Bacchi e Luiz Guilherme Galvão Bacchi; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada aos familiares de Elessandro Pereira dos Santos; requerimento de moção de pesar, de autoria do deputado Pedrossian Neto, endereçada aos familiares de Kassiana de Vasconcelos Wanderley; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada a doutora Ana Cláudia Medina - delegada titular do Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado (Dracco), extensiva a toda equipe dessa delegacia especializada, em virtude do desdobramento da operação nacional intitulada “Adolescência Segura”; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Renato Câmara, endereçada à atleta Victoria Lopes Pereira, natural de Ivinhema/MS, pela incrível conquista do título no Circuito Mundial de Vôlei de Praia, realizado em 13 de abril de 2025, em Saquarema, Rio de Janeiro, ao lado de sua parceira, Thâmela Coradello; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada aos senhores João Roza Vizcaino, Davina Caran e Felipe Caran, proprietários do restaurante Casa do João, no município de Bonito, por ser o único restaurante de Mato Grosso do Sul a compor a lista dos cem melhores restaurantes do Brasil, pelo ranking da Exame, casual 2025, publicada no dia 24/04/2025, elevando a gastronomia pantaneira para o Brasil; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao senhor Anderson Terena e toda a equipe de produção do curta-metragem Vípuxovoku – Aldeia, pela seleção do filme para a 34ª edição do festival “Curta Cinema”, um dos mais importantes da América Latina; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada a Anderson Terena, e toda a equipe de produção do curta-metragem Vípuxovoku – Aldeia, pela seleção do filme para a 34ª edição do Festival Curta Cinema, um dos mais importantes da América Latina; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Coronel David, endereçada à secretária de Turismo, Esporte e Cultura de Rio Verde de Mato Grosso, Josy Madruga, empresária e ultramaratonista sul-mato-grossense, pela histórica participação e conclusão da edição de 2025 da MDS (Marathon Des Sables Legendary), uma das provas de resistência mais extremas do mundo, realizada no Deserto do Saara, no Marrocos; requerimento, de autoria do deputado Caravina, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia em de 04/06/2025, para a realização do 1º Seminário da Frente Parlamentar Municipalista, com o tema “Os impactos da Reforma Tributária para os Municípios”, que abordará, de forma objetiva, as principais mudanças previstas na nova legislação e seus reflexos na autonomia dos entes municipais, buscando entender como prefeitos, vereadores, gestores públicos e cidadãos serão afetados diante do novo cenário tributário; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 26 de junho de 2025, para a realização do 10º Seminário Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Pessoa Idosa; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 14 de agosto de 2025, para a realização da 6ª Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa do Mato Grosso do Sul, com*

o tema "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação."; requerimento, de autoria do deputado Renato Câmara, solicitando a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia no dia 03 de junho de 2025, para a realização do III Seminário Estadual do Leite; requerimentos de informações, de autoria dos deputados Gleice Jane e João Henrique; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Renato Câmara, Gleice Jane, Pedrossian Neto, Jamilson Name, Lia Nogueira, Marcio Fernandes, Pedro Kemp, João Henrique, Zé Teixeira, Antonio Vaz, Pedrossian Neto, Paulo Duarte e Roberto Hashioka. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, trinta de abril do ano de dois mil e vinte e cinco". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados. Expediente da Sessão Ordinária do dia 06 de maio de 2025: Mensagem nº 11/2025, do Poder Executivo, encaminhando projeto de lei que dispõe sobre a revisão geral anual do vencimento-base, do subsídio e dos eventos constantes do anexo desta lei, que compõem a remuneração dos servidores e dos empregados públicos do Estado de Mato Grosso do Sul" (Prot. nº 1404/2025); E-mail's do Transferegov.br; encaminhando transferência especial - notificação de alteração no plano de trabalho - Plano de Ação 09032024-74344 - 09032024-69209 (Prot. nºs 1387, 1388/2025); Ofício nº 16.289/2025, da Agência Nacional de Mineração (ANM), respondendo ao requerimento do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 1190/2025); Ofício nº 8.967/2025, da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - encaminhando Relatório Anual da Agraer - 2024; Carta nº 258/2025, do Consórcio Guaicurus, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 634/2025); Carta nº 371/2025, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Paulo Duarte (Prot. nº 536/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pelo livro de inscrição, com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, tenho duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado da Casa Civil, Eduardo Rocha, e ao secretário de Esporte Turismo e



Cultura, Marcelo Ferreira Miranda, solicitando a destinação de veículo micro-ônibus ou van, para atender às demandas das Secretarias de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer dos municípios de Cassilândia e de Naviraí. Justificativa anexa. Atendendo à solicitação dos vereadores Marques Estevão, do PT de Cassilândia, e Eli Construtor, do PT de Naviraí. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público que nos acompanha nesta Casa de Leis e também pela TV e Rádio Alems. Eu trago aqui algumas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel, e ao senhor Maurício Simões Corrêa, secretário do Estado de Saúde, solicitando a inclusão das mães atípicas de Mato Grosso do Sul no grupo de risco das campanhas de imunização promovidas pelo Estado. As mães atípicas se dedicam integralmente ao cuidado de filhos com deficiência, síndromes ou condições neuro-divergentes e enfrentam diariamente uma jornada exaustiva, muitas vezes sendo o único suporte emocional, físico e prático que esses filhos possuem. Incluir essas mães no grupo prioritário das campanhas de imunização é reconhecer a condição de amparo exclusivo e insubstituível delas. A imunização dessas mães representa também um cuidado indireto com as crianças e adolescentes que dependem integralmente delas. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador Eduardo Riedel e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Videira, solicitando a destinação de um delegado para atender o município de Caarapó. Essa indicação tem como fundamento a necessidade de reforço imediato do efetivo policial em Caarapó, especialmente após a transferência da delegada titular para outro município e a ausência de reposição até o momento. A falta de delegado efetivo em Caarapó tem comprometido significativamente o atendimento da população, em especial das mulheres vítimas de violência doméstica que muitas vezes têm na delegacia o primeiro e o único recurso de proteção institucional. A ausência de uma autoridade policial fixa e especializada afeta o fluxo de investigação e enfraquece o enfrentamento da violência contra a mulher e outros crimes. Vale destacar que o primeiro caso de feminicídio que nós tivemos esse ano em Mato Grosso do Sul, foi em Caarapó, então é necessário um reforço e um aparato policial melhor nessa delegacia. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, ao secretário de Estado de Saúde, Maurício Simões, e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de

recursos para ampliação da estrutura de urgência e emergência em Dourados, com a implantação de uma nova Unidade de Pronto Atendimento, ou uma medida equivalente que atenda à crescente demanda da população local e regional. A implantação dessa nova UPA irá atender a região do Grande Jardim Flora, já que a atual UPA se concentra na região da Vila Industrial João Paulo II. Dourados é a segunda maior cidade de Mato Grosso do Sul, com mais de duzentos e quarenta habitantes, possui apenas uma única UPA e ainda atende os trinta e três municípios da macrorregião, ultrapassando um milhão de pessoas. Portanto, a população carece de uma nova estrutura compatível a uma UPA para tornar esse atendimento mais acolhedor, mais ágil e de qualidade, não só em Dourados, mas também em toda a macrorregião. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Marcos Ferreira Vaz, de Coxim; da Ana Cláudia, presidente do Sindicato dos Servidores da Assembleia Legislativa. Em tempo, gostaria de solicitar à assessoria técnica para fazer acordo de lideranças e aos líderes para assinar o acordo e votar o RGA na CCJR de amanhã. A Revisão Geral Anual deverá ser votada amanhã, porque a data-base de alguns Poderes é março e maio, e precisa estar na folha. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, senhores deputados, quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, (Agetran), solicitando a instalação de sinalização semafórica e recuperação da sinalização horizontal, da rua Dolor Ferreira de Andrade, no cruzamento com a rua do Rosário, no bairro Coronel Antonino. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto dos Santos, diretor-presidente da Energisa/MS, solicitando providências no sentido de regularizar o fornecimento de energia elétrica para o assentamento Sumatra e para o Campo dos Índios, localizado na região da Serra da Bodoquena, no município de Bodoquena. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, solicitando que seja realizado um levantamento de todas as unidades escolares que necessitam de reforma e atualização do sistema elétrico, permitindo a instalação de novos equipamentos eletrônicos. Ocorre que muitas escolas recebem a emenda parlamentar para instalação de ares- condicionados nas salas de aula, mas a escola precisa de uma reforma no setor elétrico, como a troca de padrão, por exemplo, para suportar a instalação. Eu fui em uma escola entregar uma emenda parlamentar e lá os aparelhos estão no depósito há mais de um ano aguardando a reforma

da parte elétrica, e os alunos sofrendo com calor infernal dentro da sala de aula. Então, nós, deputados, que somos demandados pelas escolas, fazemos as emendas, os aparelhos são entregues, mas as escolas não têm como instalar porque falta essa adequação. Por essa razão, nós pedimos à Secretaria de Educação que tome providências urgentes nesse sentido. Também aproveito para fazer um registro muito importante. O mercado de trabalho formal brasileiro segue em alta, haja vista que de janeiro a março deste ano foram criados seiscentos e cinquenta e quatro mil novos empregos com carteira assinada, segundo os dados do novo Caged, dados esses divulgados agora nessa última quarta-feira, dia 30, pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Em março deste ano, o saldo ficou positivo com 71.576 vagas e com isso o número total de trabalhadores com carteira assinada chegou a 47.857 milhões de empregos. Nos últimos doze meses, de abril do ano passado a março deste ano, o país gerou um milhão seiscentos e treze mil postos de trabalho formal, desempenho esse impulsionado principalmente pelo setor de serviço que mais gerou empregos no Brasil. O Bolsa Família é um programa feito para atender de forma emergencial pessoas que estão numa situação de vulnerabilidade, mas vale ressaltar que o trabalho informal com carteira assinada ainda é o melhor programa social, porque garante renda para família e também a segurança de que esses trabalhadores um dia vão se aposentar. Isso é muito importante. Obrigado, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, solicitando aumento do efetivo da Polícia Militar no município de Novo Horizonte do Sul. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar através do senhor Edy Carlos Oliveira. O aumento significativo nas ocorrências policiais, como furtos, perturbação da ordem pública e delitos diversos, têm gerado apreensão na população, sobrecarregado e reduzindo o contingente atualmente disponível. A presença ostensiva da Polícia Militar é fundamental para a prevenção e repressão de crimes, além de promover a tranquilidade necessária ao bem-estar da população. Diante disso, solicitamos que sejam adotadas providências para o envio de novos policiais militares ao município, com o objetivo de fortalecer a atuação da corporação, garantir maior cobertura nas rondas e assegurar a segurança da população local. Indico à Mesa, observadas às disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Governo e Gestão Estratégica, senhor Rodrigo Perez, e ao secretário municipal

de Governo de Dourados, senhor Marcio Grei Figueiredo, solicitando a implantação de mais uma unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 Horas, no município de Dourados. A proposta em questão visa atender uma solicitação encaminhada diretamente a este gabinete parlamentar pelo senhor Weverton Matias. É evidente que a demanda por serviços médicos de urgência têm aumentado significativamente nos últimos tempos, resultando em longos períodos de espera e dificuldades para os usuários acessarem os cuidados de saúde de forma oportuna e eficaz. Diante desse cenário, é imprescindível considerar a viabilidade e a importância de implantar mais uma UPA 24 Horas no município. Tal iniciativa não apenas aliviaria a carga de trabalho da UPA existente, mas também garantiria que os pacientes recebessem atendimento médico adequado e em tempo hábil, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população. A implantação de mais uma UPA não só ajudaria a reduzir os tempos de espera, mas também permitiria uma distribuição mais equitativa dos recursos médicos, atendendo às necessidades emergentes de nossa comunidade de forma mais eficiente. Era só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Marcio Fernandes.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Senhor presidente, indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul), solicitando a implantação de um recuo de acesso com acostamento no KM 024, da rodovia MS-040, mais precisamente em frente ao Clube de Laço do Cowboy, nesta Capital.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, todos os presentes nesta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, com cópia para a prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao secretário municipal de Educação, senhor Lucas Bittencourt de Souza, solicitando estudos para viabilização e ampliação do Ceinf Elza Francisca de Souza Maciel, localizado no Jardim Noroeste, em Campo Grande. Essa solicitação se faz necessária devido à necessidade de mais vagas para as crianças de moradores da região que carecem do referido serviço. Ao lado do Ceinf - Elza Francisca de Souza Maciel existe uma área verde que já está sendo ocupada por moradores sem

autorização da prefeitura, e eles acabam invadindo o Ceinf no período da noite para o uso das instalações, causando assim danos materiais ao local. Essa área pertence à prefeitura e a sua ampliação aumentaria as vagas para as crianças e supriria o déficit de vagas existentes naquela região. A presente proposição atende solicitação da Associação de Moradores do Conjunto Leon Denizart Conte, do Jardim Noroeste, através do senhor Jano Lopes. Diante do exposto, solicito a aprovação dessa proposição.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Bom dia, senhor presidente, Mesa Diretora, caros deputados, deputadas, senhoras e senhores, aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Tenho aqui duas indicações. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Hélio Queiroz Daher, secretário de Estado de Educação, com cópia autônoma à senhora Patrícia Elias Cozzolino de Oliveira, secretária de Estado e Assistência Social e dos Direitos Humanos, solicitando a viabilidade de aquisição e instalação de aparelhos de ares-condicionados a fim de climatizar a sala do Programa Mais Social, situada no prédio anexo à Escola Estadual Professora Bernadete Santos Leite, no município de Jateí. Trata-se de uma demanda encaminhada pela vereadora Laura Medeiros. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), solicitando a realização de obras de recapeamento asfáltico na rodovia MS-475, no trecho que liga o trevo da MS-141 ao município de Novo Horizonte do Sul, uma extensão de 26,9 quilômetros. A presente solicitação foi recebida pelos gabinetes parlamentares, tendo em vista a situação caótica que se encontra aquele trecho da rodovia. Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 1438/2025, 01437/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 01429/2025). De autoria do deputado João Henrique: um projeto de lei (Prot. nº 01428/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: quatro indicações (Prot. nºs 01421/2025, 01420/2025, 1419/2025, 01418/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 01422/2025). De autoria do deputado Lucas de Lima: cinco indicações (Prot. nºs 1439/2025, 1443/2025, 1442/2025, 01441/2025, 1440/2025); um projeto de lei (Prot. nº 1454/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: quatro indicações (Prot. nºs 01451/2025, 1450/2025, 01414/2025,



01413/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1449/2025); duas moções de pesar (Prot. nºs 1411/2025, 1410/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: duas indicações (Prot. nºs 01427/2025, 1423/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: dez indicações (Prot. nºs 1434/2025, 1433/2025, 1432/2025, 1431/2025, 1430/2025, 1456/2025, 01409/2025, 01408/2025, 1455/2025, 01457/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 1412/2025); um projeto de lei (Prot. nº 01407/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma indicação (Prot. nº 01436/2025); um requerimento (Prot. nº 1424/2025); um projeto de lei (Prot. nº 1447/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: uma moção de congratulação (Prot. nº 01453/2025); uma moção de pesar (Prot. nº 01452/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 01446/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas indicações (Prot. nºs 01445/2025, 01444/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 1445/2025, 01444/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Caravina, que solicitou a cedência do seu espaço ao nobre deputado Paulo Duarte. Vossa Excelência disporá de trinta minutos, para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados e deputadas presentes nesta Sessão. Senhor presidente, eu fiz um requerimento de informações à Agência Nacional de Mineração, questionando os valores que são pagos a título de indenização pela exploração de minério de ferro e manganês na região de Corumbá e de Ladário, até porque nós temos informação do aumento substancial do faturamento das empresas de mineração, principalmente da gigante do setor que é a LHG, do grupo J&F e JBS, e o que nos assusta muito é o sucateamento dos órgãos federais de forma generalizada. A Agência Nacional de Mineração tem uma superintendência aqui que deveria fiscalizar essas mineradoras, mas ela não tem absolutamente nenhuma estrutura, não tem condições de fiscalizar nada, e as empresas de mineração decidem, de forma unilateral, quanto vão pagar dessa contribuição. Então, para não ficar só na conversa, quero dizer a vocês que a CFEM é uma contribuição financeira sobre exploração mineral que incide sobre rochas, extração de rochas, areia, cascalho, ouro, diamante, mas prioritariamente em termos de volume o minério de ferro e manganês, porque a região de Corumbá e Ladário abriga as maiores e melhores jazidas do mundo, e dessa contribuição, 60% são destinados aos municípios, 15% aos estados, 15% aos municípios afetados e 10% aos órgãos governamentais do Governo Federal, como Ibama e a própria agência reguladora. Acontece que, por conta dos negócios em termos das commodities internacionais e pelo volume do rio Paraguai comparado ao ano passado, houve um crescimento substancial da comercialização de manganês, principalmente de minérios de ferro. Eu trago aqui um quadro do valor referente ao município de Corumbá que fica com 60% do total dessa arrecadação, e para comprovar a contribuição financeira no quadrimestre passado, os 60% que cabem ao município de Corumbá, a empresa pagou R\$

8.500.000,00 reais. Esse quadrimestre, que fechou na semana passada, mesmo com quase o dobro do faturamento em relação ao ano passado, recolheu R\$ 1.300.000,00 reais, ou seja, um valor menor. Então as empresas faturaram valores astronômicos, mais do que o dobro do ano passado, algo em torno de mais de meio bilhão de reais, e recolheram essa micharia (para eles) de R\$ 7.282.000,00 reais, de um faturamento que deve ter ficado acima de um bilhão. Dessas empresas que operam na região de Corumbá e Ladário, a que detém cerca de 80% a 90% de toda exploração, tem o maior faturamento e é uma das maiores do mundo, é a LHG do grupo J&F e JBS, que está pagando aquilo que bem entende, ou seja, ao invés de multiplicação dos pães, é subtração. Então, eu estou afirmando e me responsabilizo pelo que estou dizendo, inclusive fora desta tribuna, que nós estamos diante de uma situação em que há uma exploração gigantesca que vai aumentar a produção, já se fala em vinte, trinta, quarenta milhões por ano, tem pedido de licenciamento ambiental no Imasul, e a empresa, eu afirmo, paga aquilo que bem entende. Eu estive buscando informações sobre isso na empresa, com quem cuida disso em São Paulo, e eles tiveram um entendimento de que a base de cálculo não deveria incluir o frete, ou seja, eles decidem quanto vão pagar. Isso é fruto do total sucateamento que vem acontecendo ao longo de muitos anos em que os órgãos federais, pelo menos no Mato Grosso do Sul, estão absolutamente sucateados. Nós temos uma superintendência que deveria fiscalizar as questões ambientais e o pagamento do tributo e da contribuição, e os próprios funcionários disseram que foi retirada essa atribuição daqui, deputada Gleice, e foi para Brasília, que tem mais ou menos trezentos funcionários para cuidar de todo o país. Na verdade é uma esculhambação porque quando os funcionários da ANM detectam esses absurdos e reportam à Brasília, eles dizem que não têm pessoal para vir aqui, ou seja, fazem o que bem entendem. Então, diante desse quadro que é absurdo, estou falando aqui de um dos maiores grupos do mundo, não estou falando de uma empresa que abriu ontem para trabalhar nessa área, eu estou falando de um grupo poderosíssimo que acha que tem tanto poder que inclusive decide aquilo que vai pagar referente a essa contribuição. A exploração do minério de ferro, do manganês, deixa um gigantesco passivo ambiental, porque não se extrai minério de ferro ou manganês sem que fique esse passivo que pode ser mitigado, mas ele existe, haja vista o que aconteceu no país em alguns lugares com esse tipo de atividade econômica. Vale lembrar que essa contribuição é um valor muito pequeno para que o município afetado diretamente, no caso Corumbá e Ladário, tenha, de alguma forma, uma compensação mínima, mas não é o que está acontecendo. Então, como as agências reguladoras são peças de ficção, não têm nenhuma que funcione neste país, seja de telecomunicação, de energia elétrica, porque não têm efetivo, não têm pessoal nos estados, é tudo centralizado em Brasília. Nós vivemos hoje um grande dilema porque é cada vez mais Brasília e menos Brasil. Nós não temos estrutura nos órgãos governamentais federais e não é de agora, é um processo feito por alguns governos, de forma proposital, justamente

para deixar esse absurdo que aí está, uma gigantesca empresa que faturou um valor astronômico em quatro meses e a contribuição incidir sobre o faturamento, sobre a exportação do produto, quer dizer, é uma conta que não fecha, porque o faturamento dobrou e a arrecadação reduziu. Eu estou falando, inclusive, de uma mínima arrecadação que já estava errada no ano passado, sendo oito mil e quinhentos, e este ano mais errado ainda, com sete milhões e duzentos. Isso é estarrecedor!

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Conceda-me um aparte, deputado.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concedo um aparte à deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Deputado, primeiramente quero parabenizá-lo por trazer esse debate aqui nesta Casa, e dizer que acho bastante salutar nos aprofundarmos nessa discussão, mesmo porque a empresa que o senhor representa tem também grandes ações em Dourados que é a minha cidade, e lá vivenciamos uma situação bastante preocupante porque essa mesma empresa atrai uma quantidade muito grande de imigrantes para a cidade e ela também não tem estrutura para dar conta disso. Hoje nós temos uma situação bastante complicada em função da grande quantidade de pessoas que estão vindo para a cidade, ocasionando falta de vaga nas salas de aula e falta de moradia. E a gente começa a ter uma preocupação na medida em que a população que chega na cidade de forma desordenada também causa problemas estruturais. Isso pode significar xenofobia da própria população da cidade, ela começa a culpar a população que chega, os imigrantes. Isso tudo acontece devido à política desta mesma empresa que o senhor traz aqui para a gente, no entanto essa empresa não tem dado uma contrapartida para a cidade. No passado eu cheguei a conversar com prefeitos, perguntando a respeito disso, dizendo que nós temos uma demanda na cidade e precisamos buscar apoio. Então, eu gostaria de saber como é que está essa relação com a empresa porque eu também tentei contato com ela numa oportunidade e a resposta foi de que não tem interesse em colaborar com a cidade. Então, eu acho que quando o estado começa a trazer empresas, a gente precisa debater isso, porque o estado não tem estrutura para receber essas pessoas. E como é que a gente fica nessa situação? Eu acho que o debate que o senhor traz aqui é fundamental, a situação que o senhor fala em Corumbá é um pouco diferente, mas muito parecida com a mesma empresa. Só para lembrar também que essa empresa é dona do espaço onde houve o conflito do MST, na semana passada. Então, é preciso aprofundar essa discussão porque à medida em que a empresa lucra demais com o estado e não dá respostas com contrapartida. o Governo também está alimentando essa política. Eu acho que é importante o debate, vamos aprofundar isso. Parabéns!

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Deputada Gleice, acho que é importante a sua manifestação. Até por eu ser da área econômica, é óbvio que eu quero o crescimento econômico, o desenvolvimento, mas com sustentabilidade, até porque, é fundamental esse binômio e as empresas que vêm para cá não estão fazendo nenhum favor. Eu tenho conhecimento dessa situação de Dourados e é importante que isso seja amplamente debatido para que as dores do crescimento não aconteçam nas pessoas mais vulneráveis. Esse tipo de atividade econômica, de exploração mineral, assim como qualquer outra que tenha como principal destino a exportação... É só lembrar que existe a famigerada Lei Kandir que foi aprovada lá atrás, da mesma forma que está sendo a Reforma Tributária agora. A Lei Kandir foi imposta ao país, e o Governo Federal costuma fazer, como diziam na minha infância, caridade com o chapéu alheio. O governo isentou o ICMS na exportação com o compromisso de devolver aquilo que o Estado deixava de arrecadar, fez isso por um, dois, três anos, e hoje o Estado perde bilhões de recursos que poderiam ser aplicados na saúde, na educação, na infraestrutura, por conta dessa isenção, dessa não incidência, dessa imunidade na exportação de qualquer produto. Então, eu estou falando de um setor que exporta praticamente 100% daquilo que produz, nesse caso, a LHG, que não paga um centavo de ICMS para o Mato Grosso do Sul, o único pagamento de tributo que ficaria no Estado seria essa contribuição, e ela está sendo descaradamente sonogada. Há cerca de dois meses eu fiz esse debate, e ao invés de vir aqui fazer qualquer tipo de denúncia, eu fui buscar informações, porque empresas desse porte ficam num pedestal, você não consegue falar com quem manda, você fala com um funcionário do escalão com poder decisório. Eu consegui falar por telefone na empresa em São Paulo, e a resposta que me foi dada, assim, na maior cara de pau, é que o frete não deveria compor a base de cálculo, que é aquele valor que incide alíquota da contribuição, ou seja, eles reduziram por conta própria a base de cálculo e, obviamente, sobre uma base menor se incide o percentual e eles pagam essa mixaria. Então, como esse quadro está no site da Agência Nacional de Mineração, eu vou divulgar amplamente, porque isso tem que mudar. Essa mixaria, e falo mixaria para quem paga, mixaria para quem fatura um valor absurdamente gigantesco e tem a cara de pau de, em quatro meses, recolher mais de um milhão, um milhão e trezentos, menos que o ano passado, com o faturamento quase dobrado. Então, como eu disse, está no site, não é quebra de sigilo fiscal, esse valor que eu vou divulgar se refere a todas as empresas que operam com mineração em Corumbá e Ladário, mas desse total aqui, entre 80% e 90%, dependendo do mês, é de uma única empresa, a LHG Mining, que é subsidiária desse poderosíssimo, fortíssimo grupo global. Primeiramente eu tentei falar com a empresa e não deram bola; depois eu fui à Agência Nacional de Mineração que funciona aqui em Campo Grande com abnegados funcionários, e como a maioria dos órgãos federais, sem nenhuma estrutura, eles disseram que Brasília decidiu que a fiscalização vai ser centralizada. Está em andamento, no país, com o advento da Reforma Tributária, uma centralização igual ou

pior do que nos tempos da ditadura, está caminhando cada dia mais para que todo poder decisório esteja concentrado na capital, e aí vai ter uma infinidade de prefeitos e vinte e sete governadores de pires nas mãos, pedindo dinheiro em Brasília. A Reforma Tributária é exatamente isso, ela faz uma centralização absurda no poder central, não observa as diferenças regionais que tem o nosso país. Compara-se Acre com Brasília, Mato Grosso do Sul com São Paulo, Roraima com Rio de Janeiro, é isso que a Reforma Tributária faz, trata de forma igual os desiguais. Então, deputado Zé Teixeira, quando se tira o poder decisório dos estados, dos municípios e concentra em Brasília, o que acontece é exatamente o que está acontecendo hoje, um sucateamento dos órgãos federais, nenhum poder decisório aqui, e cada vez mais governadores e prefeitos dependentes do poder central. Tanto se falou em democracia, e é importante, mas está em andamento aí uma forma de gestão de administração similar aos tempos da ditadura, que é justamente como era nos anos 1970, todo poder lá no Planalto Central. Eu estou provando e comprovando com mais um exemplo. Nós temos um órgão fundamental, importantíssimo para o país que é o Ibama, que tem na cidade a maior área do Pantanal que é o município de Corumbá, que tem sessenta e cinco mil quilômetros quadrados, com meia dúzia de funcionários. As pessoas fiscalizam *home office*, lá de Brasília, sem conhecer absolutamente nada, não sabem onde ficam as regiões do Mato Grosso do Sul, não conhecem o Pantanal, uma coisa que me indigna. Então, o que eu estou falando aqui, e eu falei isso na cara do ministro em exercício, é que no Ministério do Meio Ambiente, em Brasília, só tem foto da Amazônia, que eles desconhecem o Pantanal e que foi preciso o Pantanal quase acabar em chamas para eles acordarem. Quem agiu aqui foi somente o Governo do Estado no início da crise da seca que assola e vai assolar ainda mais por conta da redução do volume de chuvas. Então, assim, o que nós estamos vivenciando e que eu acho estranho, deputado Zé Teixeira, é que no Congresso ninguém fala nada sobre isso, é uma centralização absurda, quer dizer, daqui a pouco o governador vai ser chefe de departamento pessoal, só vai servir para pagar salário, não vai ter nenhum poder decisório. Cada estado tem uma situação peculiar, mas é impossível continuar desse jeito. Eu estou aqui apresentando provas. Outro dia, um fiscal do Ibama, de Brasília, que nunca botou o pé aqui, que nunca levou uma picada de mosquito, autuou o frigorífico de jacaré que tem em Corumbá, proibiu as exportações, dizendo que era porque estava queimando o Pantanal. Mas, o que o jacaré tem a ver com a queimada do Pantanal? O deputado Zeca assistiu o começo de tudo que foi a Lei Kandir, os caras vieram aqui, aprovaram a toque de caixa uma lei que tira bilhões do estado e nunca devolveram. Agora eu estou afirmando como auditor, como servidor de carreira, que essa Reforma Tributária é uma desgraça para um estado como nosso, ela é horrível, só é boa para estados do Sul e do Nordeste. Eu estive em um congresso, em São Paulo, pelo meu sindicato, com o pai da Reforma Tributária, o senhor Bernard Appy, e ele disse que essa reforma, essa que já está quase finalizada, foi inspirada no modelo alemão, cuja extensão territorial é do tamanho

de Mato Grosso do Sul. A Alemanha tem a mesma extensão territorial de Mato Grosso do Sul, trezentos e sessenta e poucos mil quilômetros quadrados, mas esse modelo funciona na Alemanha, na Holanda, na Europa, onde em um percurso duas, três horas, você passa em vários países, agora aqui você anda oito horas e ainda está no Mato Grosso do Sul, como por exemplo, de Corumbá para o Mundo Novo...

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Conceda-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Concedo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Deputado, quero parabenizá-lo pelo pronunciamento e gostaria de fazer um comentário sobre aquilo que Vossa Excelência estava colocando aqui no início, sobre as mineradoras na região de Corumbá e o quanto elas estão recolhendo de impostos, ou seja, o que elas estão devolvendo para o Mato Grosso do Sul. Eu me lembro que nós fizemos, aqui na Assembleia Legislativa, uma discussão que resultou em uma CPI da JBS, da qual eu participei, e o que nós apuramos foi que quando o Estado concede isenção fiscal para uma empresa, é feito um contrato para que essa empresa tenha também a sua contrapartida, ela recebe uma isenção fiscal, mas tem que fazer investimentos, tem que gerar empregos, justamente para justificar essa isenção. Na época que fizemos aqui a CPI da JBS, ficou constatado que a empresa não cumpriu com a sua parte com os investimentos que deveria fazer, e nem com a garantia da geração de empregos que havia prometido. Ocorre que no final, a JBS foi chamada para negociação, foi levantado um montante que ela deveria devolver para o Estado por não ter cumprido com os acordos que foram firmados na concessão da isenção fiscal. Vossa Excelência está coberto de razão, mesmo porque, isenção fiscal é importante, haja vista a Lei MS Empreendedor que é importante na medida em que atrai novos investimentos, indústrias e empresas para o estado, e gera empregos. Portanto, é inquestionável termos essa política para fazer esses investimentos, mas é preciso fiscalização, e como disse Vossa Excelência: não está tendo fiscalização por parte da agência de mineração, tem que ver se de fato essas empresas estão contribuindo com o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul e dos seus municípios. Eu queria fazer esse registro para dizer que esta Casa já fez uma CPI, já cobrou de empresa que veio para cá e teve isenção fiscal, mas não cumpriu com o contrato de investir e gerar os empregos. Então, é muito importante que esta Casa também esteja atenta e vigilante sobre isso, porque senão a gente cede de um lado e do outro lado não tem a contrapartida para o desenvolvimento de Mato Grosso do Sul. Obrigado.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Obrigado, deputado Pedro Kemp. Eu pretendo divulgar amplamente, até porque isso está no site da Agência Nacional de Mineração, não tem o nome das empresas, mas tem o valor que elas pagaram, recolheram

60%, que é o que cabe aos municípios no primeiro quadrimestre deste ano e no primeiro quadrimestre do ano passado. Talvez as pessoas não tenham ideia de que essa é uma atividade econômica com condições de trazer danos ao meio ambiente, como já aconteceu em outros lugares do país. Então eu volto a dizer que tem que haver contrapartida, e o Estado não pode simplesmente receber essas empresas e depois elas não cumprirem com aquilo que é devido. Inclusive, nesse caso, não se trata nem de benefício fiscal, porque tem uma alíquota definida por lei federal de 3,5%, e o valor que eles estão pagando não é sobre o faturamento correto referente ao que foi efetivamente exportado. Eu pretendo divulgar amplamente para que a população sul-mato-grossense, que é a população pantaneira, saiba qual é o valor que está sendo pago por tonelada de minério de ferro que sai da região de Corumbá. Nesse final de semana, eu passei ao lado de uma barcaça com doze composições, com toneladas e toneladas de minério de ferro, e o que não vai pelo rio vai pelas estradas, inclusive a BR-262, no trecho entre o Buraco das Piranhas até a ponte do rio Paraguai, está sendo destruída pelos caminhões de minério. Encerro por aqui, agradecendo a sua paciência e divulgando esse absurdo. Cada vez mais Brasília e menos Brasil. O nosso destino está sendo decidido na Capital do país há muitos anos, e a tendência é piorar. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, ainda no Grande Expediente, a deputada Gleice Jane.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Presidente, eu gostaria de inverter a ordem com o deputado Renato Câmara.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Vossa Excelência dispõe de quatorze minutos para o seu pronunciamento.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — sem revisão do orador — Agradeço a deputada Gleice Jane pela gentileza. Antes de iniciar a minha fala, eu gostaria de relatar que o rio Ivinhema está bonito, pegou água, parece que rejuvenesceu. Antigamente, o rio Ivinhema tinha essa água forte, limpa, e agora ele está profundo, voltando a ter peixes, o que mostra que estamos sendo assertivos, porque os rios estão voltando a ter alguns exemplares de pintado, de dourado, como há muito tempo não se via. Hoje, eu venho a esta tribuna para fazer um relato de que o governador Eduardo Riedel tem conseguido engrenar as suas ações de infraestrutura e de recapeamento na nossa região. Nós que percorremos esses trechos, principalmente na MS-276, que liga o município de Deodópolis a Indópolis, vemos quase todos os dias carros parados na rodovia, inclusive um deles capotou. Então, nós fizemos uma interferência, assim como outros colegas deputados, pedindo esse recapeamento, pedindo Operação Tapa-Buraco e as coisas estão acontecendo, estamos vendo que existe essa resposta a esta Casa de Leis, para cumprir esses investimentos na

rodovia MS-276. Fiquei muito feliz ao passar pela MS-141, nas proximidades do córrego Azul, e constatar o trabalho que já está sendo feito, já que nesse final de semana estará sendo comemorado o aniversário Angélica, com a Festa de Queima do Alho, cavalgadas, uma festa tradicional que leva muita gente de toda a região, e essa gente transita nesse espaço, normalmente são mais de mil e setecentos carros por dia. Acredito que até o final de semana muita coisa já deve ter sido concluída. Quero agradecer ao Mauro Rondon, que sempre é muito prestativo, a gente vê essa boa vontade de fazer com que as coisas aconteçam. Assim como eu, o colega Hashioka sempre está lá cobrando também. Muita coisa está mudando, estão saindo da licitação de metro quadrado para quilômetro de manutenção, isso facilita para que as empresas prestem conta e dá agilidade ao serviço executado. Então, é um ponto muito importante e eu quero ressaltar, mais uma vez, a questão das rodovias que são fundamentais. Outro tema, não menos importante, é a questão da ratificação rural que vem como um tema espinhoso ao produtor rural, um ponto a ser debatido nesta Casa. De acordo com a lei federal de 2015, que vence agora dia 22 de outubro 2025, o produtor rural necessita fazer a ratificação, que nada mais é do que levar a sua documentação até um cartório e confirmar se a sua documentação é válida ou não. Vale lembrar que quem não apresentar ratificação, perderá a sua propriedade rural. Então, é um tema muito sério, inclusive estamos fazendo seminários em vários municípios, começamos em Dourados, depois Rio Brillhante e Sidrolândia, levando informações e tirando as dúvidas dos produtores. Quem precisa fazer essa ratificação, nesse prazo, são aqueles que têm quinze módulos rurais, o que dá em torno de quatrocentos e cinquenta hectares. Posteriormente, o produtor precisará ir até um cartório e solicitar a matrícula que deu origem a essa propriedade, a matrícula mãe, ou seja, o primeiro título dessa propriedade. Caso o título tenha sido emitido pelo Estado, o produtor será obrigado a fazer a ratificação, mas se foi emitido pela União, não será necessário. Então, precisa ir até um cartório para dar início às buscas da documentação para ratificação rural, e caso não consiga essas informações, porque o nosso estado é novo e muitos documentos ainda estão no Mato Grosso, é só pedir uma certidão de inteiro teor e a Agraer vai ver os mapas onde o seu título originário está contemplado. A Agraer tem mais de dez mil títulos originários e está prestando um papel incrível nesse sentido.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Concedido o aparte, deputado.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Primeiro quero cumprimentar Vossa Excelência por abordar um tema tão complexo, que atinge muitos produtores. O que Vossa Excelência está dizendo da Agraer é realmente verídico, inclusive vou passar para o senhor um documento dos títulos, onde está apontado a minha propriedade e de vários outros. Quero dizer que está havendo um equívoco na lei federal, porque a faixa de fronteira foi

alterada em 1964 e quem requereu o título até essa data e estiver fora dos sessenta e seis quilômetros, não terá que fazer ratificação de nada. Agora a Agraer protocolou em cima de dezesseis títulos e deu a certidão, atestando que aquele título foi emitido na data tal, fora da faixa de fronteira. O problema que eu enxergo é que o senador da república tem que dizer da inconstitucionalidade da lei que está colocando a faixa de fronteira em cento e cinquenta quilômetros, porque isso está criando um transtorno muito grande para o setor produtivo. Mas Vossa Excelência está correto no que coloca.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB)** — Muito bom, deputado Zé Teixeira. Então, quem conseguir demonstrar isso, não precisará fazer a ratificação. E, para encerrar, eu quero convidar todos os deputados para um importante debate sobre esse tema, no dia 09, no Tribunal de Justiça, visto que a Frente Parlamentar de Regularização Fundiária está há mais de dois anos buscando ser útil e facilitando a vida do produtor rural. Era o que eu tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário se há quórum para a deliberação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para a deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta sessão. Item 1. Projeto de Lei nº 045/2025. Autor: Poder Judiciário. "Altera dispositivo da Lei nº 1.511, de 5 de julho de 1994". A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Roberto Hashioka. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Só para fazer um serviço de utilidade pública, se Vossa Excelência me permitir. O governo brasileiro, governo do presidente Lula, autorizou mais três mil cento e setenta e quatro vagas para o Programa Mais Médicos, e as inscrições vão até o dia 08 de maio. É importante que se divulgue isso para podermos avançar do ponto de vista do atendimento fundamental à saúde dos mais pobres, que é o que nos interessa. E também, senhor presidente, segundo os dados de instituições internacionais, o Brasil subiu cinco pontos no IDH global, superando inclusive os índices

que tinha anteriormente, ou seja, no período da pré-covid, uma conquista extraordinária, que mostra a importância das políticas de inclusão social que o governo Lula tem recuperado depois do desastre nos últimos quatro anos do governo anterior. Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em votação.

Projeto de Lei nº 0045/2022, de autoria do Poder Judiciário.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezenove votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão. Projeto de Lei nº 130/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Assegura aos indivíduos afetados pela Síndrome de Von Recklinghausen (Neurofibromatose) os mesmos direitos legalmente reconhecidos às pessoas com deficiência". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto e à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 130/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do deputado Neno Razuk. "Institui o cordão de fita com desenhos de borboletas e/ou com laços, na cor roxa, como instrumento auxiliar de orientação para a identificação de pessoas com Fibromialgia, no Estado de Mato Grosso do Sul". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, ao projeto, à Emenda Substitutiva Integral 01 e à Emenda Aditiva 02, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 022/2025, de autoria do deputado Neno Razuk.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).



**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO RENATO CÂMARA** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.  
Consulta o segundo-secretário sobre o resultado.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Quero pedir vista do Item 4.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como não há acordo de lideranças, concedo vista ao deputado João Henrique para melhor estudar o projeto. Passemos ao Item 5.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Senhor presidente, eu ia justamente fazer uma discussão sobre esse projeto por conta de dois itens. O primeiro ponto é que eu havia feito uma emenda para estender o direito à licença paternidade de cinco para vinte dias, porque nos outros Poderes, como Tribunal de Justiça, Tribunal de Contas, Ministério Público, já é assim, e nós estaríamos aqui fazendo a isonomia desse direito, também estendendo aos servidores do Poder Executivo. Como teve um parecer contrário da CCJR sobre isso, queria ver da possibilidade de negociarmos junto ao Governo do Estado a inclusão deste direito para garantir também aos servidores do Executivo, o mesmo direito que tem os demais Poderes. O outro ponto, senhor presidente, é para esclarecer uma informação indevida que foi divulgada pelo deputado João Henrique, sobre o artigo 192 A deste projeto. Como o deputado pediu vista para entender melhor, estudar melhor, eu acredito que quando ele ler, vai ver que o vídeo que ele divulgou não corresponde à verdade, porque ele dizia que havia um conluio entre o Governo do Estado e o presidente da Cassems para aumentar o desconto dos servidores para a Cassems. Primeiro que esse artigo não fala de Cassems, ele se refere à Unisaúde, que é um plano de saúde que tem menos de dez mil beneficiários, e o segundo ponto é que o projeto fala que o desconto, a contribuição, será por parte do órgão ou da entidade a qual os servidores estão vinculados. Portanto, é contribuição patronal, que vai ser em torno de 4,5% a 5,25%, e acho importante esclarecer, porque isso gera pânico entre os servidores que acham que esse projeto sendo aprovado e eles terão um desconto maior para a Cassems, o que não é verdade. Então,

primeiro que é com relação à Unisaúde, e segundo que a contribuição é por parte do órgão ao qual o servidor estava vinculado. Isso gerou um pânico, as pessoas ficam ligando para saber se é verdade, e eu sugiro ao deputado João Henrique que faça um outro vídeo para esclarecer às pessoas, porque senão isso gera uma confusão muito grande entre os servidores públicos. Então, já que ele pediu vista, estudando melhor ele terá a oportunidade de esclarecer à população. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Pela ordem, senhor presidente. Eu fui citado pelo deputado Pedro Kemp e nós vamos ter oportunidade de discutir e debater sobre isso no Plenário. Infelizmente eu aguardei o Grande Expediente e, apesar de estar inscrito, outras matérias foram debatidas pelos meus colegas que me antecederam e eu não tive a oportunidade de discutir plenamente essa matéria. Mas sugiro ao deputado Pedro Kemp que assista ao meu vídeo de um minuto e que ele reflita ao dizer que nós fizemos alguma conclusão indevida ou que eu atribui ser contribuição do servidor ou contribuição patronal. Eu desafio o deputado Pedro Kemp a encontrar no meu vídeo o momento em que eu mencionei que iria aumentar a arrecadação da Cassems. Na verdade, há, sim, um conluio, o Governo do Estado sabe que vai haver um aumento porque isso vai sair do caixa do Estado e, a meu ver, senhor presidente, não existe orçamento público, dinheiro público, existe dinheiro do contribuinte, essa frase foi dita por Margaret Thatcher. Eu acredito que se está saindo dos cofres públicos e indo para um lugar que nós estamos fiscalizando e entendendo que há deficiência na prestação de contas, para mim é indevido.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — A minha pergunta é: o senhor reafirma que é da Cassems?

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — O senhor quer ouvir o vídeo?

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Eu sei, tenho o meu vídeo aqui.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Eu ouvi o seu vídeo.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Que nós possamos debater isso amanhã com o meu pedido de vista.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Posso colocar aqui.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Amanhã, no momento adequado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Olhei o projeto e em momento nenhum o parecer da CCJR fala de Cassems, mas vou deixar para o momento oportuno,



senão nós vamos debater agora e amanhã de novo. Então, amanhã a gente esclarece e vota.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Amanhã vamos ver o seu vídeo que é uma fake news.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Por gentileza, peço para o senhor deputado não ampliar o debate fora da hora, senão nós vamos falar agora e falar amanhã de novo.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Presidente, pela ordem. Vou acatar a sua sugestão e amanhã, como relator desse projeto, faço questão absoluta de dizer exatamente o que tem nesse projeto, mas eu afirmo que não é nada do que foi dito. Vamos seguir a sugestão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Item 5. Nós temos dois requerimentos, um foi pedido vista pelo deputado Paulo Corrêa, uma moção de aplauso e uma moção de repúdio com vista. Então nós vamos votar um requerimento, vinte e quatro indicações e duas moções de congratulação.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Eu gostaria de registrar o meu voto contrário ao Protocolo nº 01336, e ao Protocolo nº 01362. Voto contrário.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Pela ordem, presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT)** — Eu gostaria de seguir a mesma linha do deputado Pedro Kemp e registrar meu voto contrário nas Moções de Aplauso nº 1336/2025 e 01362. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - A moções de aplauso e de repúdio estão com vista, e o requerimento também.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Está com vista?

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro — PP) — Está com vista do deputado Paulo Corrêa, acabei de anunciar.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — OK.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Um requerimento, vinte e quatro indicações e duas moções de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-os por aprovados. Item 05. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Antônio Teodoro. Proposta pelo deputado Renato Câmara, em razão do falecimento do senhor Edmilson Gonçalves. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento da senhora Maria Ilda Fernandes. Proposta pelo deputado Lidio Lopes, em razão do falecimento do senhor Pedro Álvaro Fernandes. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Encerrada a Ordem do Dia. Gostaria de comunicar aos senhores deputados que no dia 08, quinta-feira, teremos um café da manhã para as mães, no nosso refeitório, um oferecimento, um brinde pelo Dia das Mães. Convido todos os deputados e servidores para participarem.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) —** Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registro e agradeço a presença da senhora Flávia Vasconcelos, vereadora do município de Sonora. Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) —** Senhor presidente, comunico a Vossa Excelência e a esta Casa que amanhã o diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal passará por Campo Grande e fará uma visita a Porto Murtinho, particularmente à ponte sobre o rio Paraguai. Presumo eu que já trabalhando o conjunto das ações que serão desenvolvidas para aparelhar aquela cidade com a estrutura necessária da Polícia Rodoviária Federal na hora que liberar o trânsito de cargas e pessoas para o percurso da Rota Bioceânica até o Chile. Eu, como coordenador da Frente Parlamentar em Defesa da Rota Bioceânica, devo estar lá em Porto Murtinho, portanto, é possível que amanhã eu não esteja presente na sessão, em função da necessidade de acompanhá-lo. Vai depender da estrutura disponibilizada para a viagem. Obrigado, senhor presidente.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) —** Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, a deputada Gleice.

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) —** Presidente, eu quero informar que ontem nós estivemos em Dourados, numa ação de entrega dos serviços do Governo Federal. Nós acompanhamos, aqui na Casa, com muita atenção o ocorrido em Dourados no final do ano passado, com relação aos ataques aos povos indígenas e à luta pela água. Ontem, o Governo Federal esteve presente na aldeia, executando mais quatro poços na Aldeia

Jaguapirú e Bororó, e mais três milhões em investimentos para garantir que a água chegue na grande maioria da aldeia. Os 100% dos problemas apontados pela comunidade indígena serão resolvidos com a emenda parlamentar de cinquenta e quatro milhões, aprovada pela bancada federal. Além dos vinte postos que já estavam garantidos pelo Governo Federal, foram perfurados mais oito. Eu gostaria de informar a Vossa Excelência que no dia 1º de maio, eu, o deputado Pedro Kemp, juntamente com representantes do deputado Paulo Duarte, estivemos no bairro Noroeste, levando o nome desta Casa para a manifestação organizada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT). Em nome do presidente Gerson Claro, eu quero agradecer esta Casa por receber a CUT e assumir alguns compromissos na luta, nas pautas, por abrir a Casa para alguns debates com a presença dos deputados, porque estivemos ouvindo também as demandas da população. Então, trago aqui os cumprimentos da CUT ao presidente Gerson Claro, e digo que foi um evento muito importante, significativo, a comunidade reconheceu e reconhece a necessidade de ter eventos políticos neste espaço para além dos períodos eleitorais. Portanto, a gente segue defendendo a luta dos trabalhadores. Muito obrigada pela parceria.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Parabenizo Vossa Excelência pela participação, pois acho importante a manutenção dessa relação direta com o cidadão, com as organizações sociais e as entidades organizadas. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, a deputada Gleice Jane. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Esta presidência convida os senhores deputados para o café da manhã em comemoração ao Dia das Mães na quinta-feira, dia 08. Amanhã, reunião da CCJR e comissões de mérito, para que a gente possa encaminhar esse projeto para as votações. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente sessão (11h20min).